

# Novos caminhos na morfologia lexical do Português: perspetiva histórica<sup>1</sup>

Maria José Carvalho

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (CELGA-ILTEC)

**Resumo:** Como tem sido reconhecido, os estudos de morfologia lexical do Português pouco têm beneficiado de uma investigação histórica em documentação cronologicamente seriada, particularmente nas etapas mais recuadas da língua. Com este contributo, pretende-se fornecer dados (bem como algumas cronologias) que possam contribuir para os estudos de morfologia lexical do Português assentes numa conceção de língua mais ampla e abrangente, que integre a diacronia na descrição das suas atuais variedades. Com base num *corpus* documental medieval dos fundos do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (IAN/TT-Lisboa), descreve-se a evolução e a produtividade de alguns sufixos, nomeadamente: *-airo/-eiro*, *-deira/-doiro* > *-douro*, *-inho*, *-nte*, *-agem*, *-al*, *-ific-*, *-ondo*, *-oso*, *-ura*, *-issimo*, *-ad-* e *-(d)iça*. Apresentam-se, igualmente, algumas pistas para futuras investigações, particularmente as que dizem respeito à interface morfologia lexical/semântica ou, ainda, morfologia lexical/dialetologia, cognição e sociolinguística.

**Palavras-chave:** morfologia lexical histórica, morfologia lexical e cognição, derivação sufixal, história dos sufixos no Português, lexicalização e formação de palavras.

**Sumário:** 1. Introdução 2. Análise do *corpus*. 2.1. O sufixo *-airo/-eiro* no léxico dos ofícios/profissões “medievais” 2.2. O sufixo *-deira/-doiro* > *-douro* 2.3. Lexicalização do sufixo *-inho* 2.4. O sufixo *-nte* 2.5. O sufixo *-agem* 2.6. O sufixo *-al* nas expressões formulares 2.7. O sufixo *-ific-* 2.8. O sufixo *-ondo* 2.9. O sufixo *-oso* 2.10. O sufixo *-(d)ura* 2.11. O sufixo *-íssimo* na linguagem religiosa 2.12. O sufixo *-ad-* 2.13. O sufixo *-(d)iça* 3. Conclusões e pistas para investigações futuras.

## New paths in Portuguese lexical morphology: a historical perspective

**Abstract:** It is recognized that Portuguese lexical morphology has benefitted very little from historical study in chronologically arranged documents, particularly in the earliest stages of the language. The present article aims to provide data, together with some chronologies, as a contribution towards a lexical morphology of Portuguese based on a wider and more inclusive idea of language, which includes the diachronic in the description of its present varieties. Based on a medieval corpus of documents from the Monastery of Santa Maria de Alcobaça (IAN/TT-Lisboa), the evolution and productivity of some suffixes are described, especially: *-airo/-eiro*, *-deira/-doiro* > *-douro*, *-inho*, *-nte*, *-agem*, *-al*, *-ific-*, *-ondo*, *-oso*, *-ura*, *-issimo*, *-ad-* and *-(d)iça*. Some suggestions for future research are also presented, particularly in the interface of lexical morphology/semantics and in lexical morphology/dialectology, cognition, and sociolinguistics.

**Key words:** historical lexical morphology, lexical morphology and cognition, suffixal derivation, history of Portuguese suffixes, lexicalization and word formation

**Contents:** 1. Introduction 2. Analysis of the corpus 2.1. Suffix *-airo/-eiro* in the lexicon of ‘medieval’ trades/professions 2.2. Suffix *-deira/-doiro* > *-douro* 2.3. Lexicalization of suffix *-inho* 2.4. Suffix *-nte* 2.5 Suffix *-agem* 2.6. Suffix *-al* in formulaic expressions 2.7. Suffix *-ific-* 2.8. Suffix *-ondo* 2.9. Suffix *-oso* 2.10. Suffix *-(d)ura* 2.11. Suffix *-íssimo* in religious discourse. 2.12. Suffix *-ad-* 2.13. Suffix *-(d)iça* 3. Conclusions and suggestions for future research.

---

<sup>1</sup> Este trabalho constitui uma versão refundida de parte de um capítulo (“Operadores sufixais”) da tese de doutoramento da autora (Carvalho 2006: 530-538). Resultou da comunicação “Subsídios para a morfologia derivacional: alguns produtos lexicais sufixados no Português medieval”, apresentada a *Gallécia – III Congresso Internacional de Linguística Histórica. Homenagem aos Professores Ramón Lorenzo e Antón Santamarina (Faculdade de Filoloxía, Universidade de Santiago de Compostela, 27-30 de xullo de 2015)*.

## 1. INTRODUÇÃO

Como tem sido reconhecido, o impacto dos resultados da investigação histórica nos estudos de morfologia lexical do Português ainda não se efetivou completamente, ao contrário do que seria expectável<sup>2</sup>. Iremos centrar-nos, neste estudo, na análise morfo-semântica dos produtos lexicais mais comuns no português medieval, muito particularmente nos aspetos que apresentam variação e que, por esse motivo, divergem ou apresentam semelhanças relativamente ao português atual. Consideramos, de facto, que é esse percurso que nos pode fornecer a chave para entender as motivações e mecanismos da mudança, bem como para interpretar a diversidade atual, embora estejamos conscientes das dificuldades metodológicas que envolvem o estabelecimento da cronologia dos afixos<sup>3</sup>. Com este trabalho, pretende-se fornecer alguns dados, cronologicamente datados, que possam contribuir para uma Morfologia lexical do Português assente numa conceção de língua mais ampla e abrangente, que integre a diacronia, a semântica, a cognição, a dialetologia e a sociolinguística na sua descrição. Conforme já salientou Mário Eduardo Viaro (2010: 179):

Não levar em conta a história, equivaleria à postura de um zoólogo que pretenda descrever a fisiologia dos animais e que ignore dados da evolução das espécies, imaginando *a priori* que o apêndice cecal humano, por exemplo, por não ter supostamente nenhuma função, seja algo que não precisa ser considerado nessa descrição.

Com base num *corpus* medieval, descreve-se a evolução e a produtividade de alguns sufixos, nomeadamente: *-airo/-eiro*, *-deira/-doiro* > *-douro*, *-inho*, *-nte*, *-agem*, *-al*, *-ific-*, *-ondo*, *-oso*, *-(d)ura*, *-issimo*, *-ad-* e *-(d)ição*<sup>4</sup>. Apresentam-se, igualmente, algumas pistas para futuras investigações, particularmente as que dizem respeito à interface morfologia lexical/semântica, derivação/dialetologia e sociolinguística ou, ainda, derivação e cognição<sup>5</sup>.

O *corpus* que serviu de base a esta pesquisa é constituído por 153 documentos notariais originais, por nós transcritos, oriundos dos fundos do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, um importante centro na cultura portuguesa medieval. Integra uma coleção de documentos compreendidos entre 1289 e 1565, que fazem parte da coleção *Mosteiro de Alcobaça, 1ª e 2ª incorporações* (IAN/TT), redigidos não apenas no mosteiro, mas também nas áreas periféricas sob sua jurisdição, os chamados «coutos» (Carvalho 2006: 33-287).

---

<sup>2</sup> O estudo do léxico obriga, indiscutivelmente, a uma visão em que o sincrónico e o diacrónico se entrelaçam. A verdade é que, tal como já referiu Mário Viaro: «Chega-se à conclusão que os *corpora* são insuficientes: o dicionário apresenta palavras demais e os textos, palavras de menos. A neologia, fonte de produtividade, evidentemente pode ter uma abonação num dicionário, mas arduamente figura em *corpora* de textos» (Viaro 2006: 4, pdf.).

<sup>3</sup> As dificuldades metodológicas que este tipo de pesquisa encerra foram já equacionadas a propósito de alguns prefixos (Carvalho 2016: 48, nota 6). O nosso objetivo neste trabalho é, contudo, pôr em relevo as divergências e convergências diacrónicas e dialetais no espaço da língua (galego)-portuguesa.

<sup>4</sup> Os sufixos mais produtivos no português medieval revelaram-se, no entanto, *-mento*, *-ção* e *-ria*. Sobre a sua evolução no português antigo, consulte-se, a esse propósito, Carvalho 2015, artigo elaborado tendo como base o mesmo *corpus* (Carvalho 2006: 33-287).

<sup>5</sup> A importância da diacronia e da semântica foi também salientada por Freitas e Areán-García que, reconhecendo «o valor dos estudos históricos e etimológicos, e verificando-se as datações», concluíram que «não se pode prescindir dos estudos das mais várias áreas, como mínimo: Morfologia Sincrónica, Linguística de *Corpus*, Filologia Românica, Historiografia Linguística, Sociolinguística e Dialetologia, Lexicologia, Toponímia e Terminologia, Estilística, Semântica, dentre outras» (2010: 117).

## 2. ANÁLISE DO CORPUS<sup>6</sup>

### 2.1. O sufixo *-airo/-eiro* no léxico dos ofícios/profissões “medievais”

O sufixo latino \*-ARIU, -A, de alta produtividade (adjunto a bases substantivas ou adjetivas), teve como continuador histórico *-eiro*, depois de se registar a atração da semivogal para junto da vogal da sílaba tónica e a assimilação exercida por esta última. Em alguns casos, não se registou a assimilação da vogal da sílaba tónica, daí resultando *-airo*, como em *ffamiliayro* (1307 Alp 13), *ffamilyayro* (1307 Alp 13). Trata-se de um agentivo<sup>7</sup> com pouca vitalidade na área geográfica em estudo, tendo sido substituído por *familiar* ‘comensal’, ‘caseiro’: «JohãM Martjz *famjliar*» (1467 Mai 117) ou, no idioleto de outro tabelião, «JohãM Martjz *famaliar*» (1479 MA 124). Pelo contrário, tal como hoje, a língua arcaica conheceu um grande número de produtos agentivos parafraseáveis por “aquele que exerce atividade relacionada com Nome-base”<sup>8</sup>, em que a vogal do operador sufixal sofreu assimilação. Em consequência das transformações profundas sofridas pela sociedade, a natureza destes produtos agentivos é, naturalmente, substancialmente diferente da dos agentivos observáveis no português atual. Centrando-se a vida social da Idade Média à volta dos mosteiros, e constituindo a riqueza fundiária a coluna vertebral da economia na sociedade feudal, é natural que os agentivos mais frequentes nesta coleção documental sejam *celeireiro* (43 v.) ‘guarda ou administrador do celeiro; o monge que cuida de tudo o que pertence ao sustento dos que vivem nos mosteiros’, *porteiro* (22 v.), *rendeiro* (15 v.), *pitanceiro* (7 v.) ‘distribuidor dos rendimentos de um convento’, *emfermeiro*<sup>9</sup> (5 v.) e *ferreiro* (5 v.). Por outro lado, tendo em conta a estratificação social medieval, um ato notarial era, muitas vezes, solicitado e/ou testemunhado por *caualeiros* (14 v.) e *escudeiros* (21 v.).

Há, no entanto, a menção a nomes de ofícios generalizados na época<sup>10</sup>, alguns eventualmente hoje ameaçados de extinção a longo prazo, em virtude de poderem vir a desaparecer as atividades manuais desenvolvidas pelos seus agentes e, portanto, os seus referentes:

*fferreiro* (1326 MA 19; 1388 MA 58; 1485 MA 128), *fferreyro* (1345 MA 33), *fereyro* (1434 SC 91), *teffoureiro* (1490 MA 131), *tefoureiro* (1336 Alj 26), *tefoureyro* (1321 Alc 17), *thefoureyro* (1300 Alj 8), *carpenteiro* (1429 MA 88), *carpinteiro* (1565 Alc 153), *çapateiro* (1440 MA 96; 1448 Alj 103), *çapateyro* (1307 Alp 13), *capateyro* (1526 Ped 145), *cozinhairo* (1477 MA 121), *oleiro* (1528 MA 147), *pedreiro* (1565 Alc 153),

<sup>6</sup> Os exemplos extraídos do *corpus* fazem-se acompanhar de ano, local de redação (em sigla ou acrónimo) e número, dentro da mesma coleção. A terminologia usada ao longo deste estudo histórico-descritivo é a de Rio-Torto 1998.

<sup>7</sup> Para a definição de agentivo e sua complexificação, veja-se Viaro 2012: 3, pdf.

<sup>8</sup> Tal como refere Boullón Agrelo, em certos casos, é difícil distinguir se estamos perante profissões realmente exercidas ou de verdadeiras alcunhas (1999: 74), embora concordemos com a autora ao considerar que «nos casos em que seguem a estrutura *prenome + patronímico + profesión* o adjectivo profissional designa claramente o ofício» (1999: 75).

<sup>9</sup> Este produto lexical apresenta as seguintes formas gráficas e/ou fonéticas: *emfermeiro* (1416 MA 75 e 1529 MA 148), *emffremeiro* (1522 MA 144), *jmfermeiro* (1528 MA 147) e *jnfermeiro* (1527 MA 146).

<sup>10</sup> Encontrámos também o nome *foreiros* (1459 MA 111), apresentando o mesmo processo de formação, embora não correspondendo propriamente a um ofício ou profissão. O carácter agentivo deste nome está associado a transitoriedade, ao contrário da generalidade das profissões que têm, normalmente, um carácter permanente. Estamos conscientes de que «o que é um significado agentivo (...) é nebuloso em um recorte sincrónico qualquer» (Viaro 2012: 9, pdf.).

*pedreyro* (1399 MA 65; 1526 ped 145), *molneiro*<sup>11</sup> (1305 Alp 11), *moleiro* (1478 MA 123), etc.

Há ainda que ter em conta que a mudança da paisagem física, humana e social bem como o modo de vida das populações e o progresso tecnológico têm inequivocamente um forte impacto na mudança lexical, nomeadamente sob a forma de extinção ou de substituição de alguns produtos derivados por outros<sup>12</sup>.

Embora tipologias deste género contenham alguma avaliação subjetiva, uma vez que envolvem o *saber sobre* o grau de mudança da sociedade e a consciencialização que dela têm os seus habitantes, podemos considerar como formas agentivas extintas ou em vias de extinção (pelo menos, em espaço lusitano) as seguintes, presentes no *corpus* em apreço (e com o significado que aí contêm). O português europeu atual conserva ainda reminiscências dialetais de algumas dessas formas:

*ataqueiro* ‘fabricante ou vendedor de atacas’ (1495 MA 134), *camareiro* (1425 MA 84; 1482 MA 125), *camareyro* (1399 MA 65), *carniçeyro* (1346 SC 34), *carniceyro* (1362 MA 44), *carniçeyro* (1460 MA 112), *caruoeyro* (1416 MA 78), *cauouq[u]eyro* ‘cavador, indivíduo que trabalha em minas ou pedreiras’ (1447 Alj 101), *cũqueyro*<sup>13</sup> (1298 Alc 6), *corryeyro* ‘o que faz ou vende objetos de couro’ (1521 ped 143), *forneiro* (1351 Alv 37), *lleyteyro* (1541 SM 152), *mãoposteiros*<sup>14</sup> (1430 Cós 89), *obreiros*<sup>15</sup> (1372 MA 47), *odreiro* (1528 MA 147, 2 v.) ‘que fabrica odres’, *pregoeyro* (1396 Ped 62), *picheleiro*<sup>16</sup> (1482 MA 125), *pregoeyro* (1343 Cós 32; 1346 SC 34; 1434 SC 91), *quinteyro* ‘homem encarregado do trabalho de uma quinta’ (1345 MA 33), *strabeyro*<sup>17</sup> (1399 MA 65), *tenoeyro* ‘tanoeyro; o que faz ou conserta tonéis ou outras vasilhas semelhantes’ (por dissimilação) (1428 MA 87), *tjmtoreiro* (1521 Ped 143), *tonoeyro*<sup>18</sup> ‘tanoeyro’ (por assimilação); (1436 Alf 93) *tyntoreiro* (1509 ped 140), *uaqeyro* ‘que guarda/pastoreia gado bovino’ (1434 SC 91), *uaqueyro* (1334 Alf 25), *vaqueyro* (1536 SC 150), *vaqueyro* (1536 SC 151), etc..

De facto, na sua maioria, são formas dicionarizadas e potencialmente existentes, embora muitas vezes careçam de informações de natureza dialetal, sociolinguística e cronológica precisas. De acordo com António de Morais e Silva (1992: s. u.), o nome de profissão *cunqueiro* existe ainda no Minho com o significado de ‘louceiro’, constituindo, portanto, um regionalismo. Em alguns casos, como em *camareiro*, regista-se uma transferência do seu significado originário (‘fidalgo que servia na câmara real’, ‘dignidade da corte pontifícia’, etc.) para outros contextos, em virtude das mudanças na estrutura social (hoje, ‘pessoa que em hotéis, navios, comboios, etc., arruma os aposentos e está ao serviço dos hóspedes’). Em outros, como em *carniceiro*, alterou-se a sua classe gramatical, e o produto adquiriu outros significados que não são o seu significado primário. Como refere Mário Viaro:

<sup>11</sup> Deverá tratar-se de um moçarabismo de carácter fonético (< \* MOLINARIU).

<sup>12</sup> Lembremos, a título de exemplo, a forma *carniceiro*, que referiremos mais adiante. De facto, no Português do Brasil existe a forma *açougueiro*, correspondendo à forma *talhante* no Português europeu.

<sup>13</sup> Trata-se de «Pedro Pay(z) *cũqueyro*». O produto lexical *cũqueyro* deriva de *cunca*, ‘tigela’.

<sup>14</sup> Deverá tratar-se de ‘malaposteiros’ (por deturpação popular), tendo-se formado, neste caso, um agentivo a partir de uma palavra composta.

<sup>15</sup> Trata-se de um agentivo com carácter de transitoriedade e não de permanência, ou seja, não era propriamente um nome de profissão. No português do Brasil, *obreiro* está, muitas vezes (eventualmente metaforicamente), associado à linguagem da Igreja.

<sup>16</sup> Trata-se de «Lujs Afomfjo *picheleiro*». Para além de ‘fabricante de pichéis’, também é o nome dado no Norte do país ao canalizador ou soldador.

<sup>17</sup> O estrabo é o ‘excremento animal’, pelo que tudo leva a crer que o *estrabeiro* fosse a pessoa que tinha a seu cargo a limpeza dos estábulos.

<sup>18</sup> A estrutura é, neste caso, Nome + patronímico + profissão + topónimo. Trata-se de «Afomfjo Anes *tonoeyro* da Çella».

«*Carniceiro* é, no sentido básico da palavra, aquele que descarna o animal ou que vende sua carne, isto é, o açougueiro (...). Mas também é aquele que come carne, referindo-se com frequência a um animal (...) O uso de *carniceiro* como “que é sanguinário” é uma metonímia criada a partir do sentido composicional primário. Muitas vezes, sentidos derivados obscurecem o sentido composicional ou, quando muito, torna pouco clara a relação entre o significado do sufixo e o significado da base» (Viaro 2012: 6, pdf.).

Mais duvidosa é a forma *landeyro*<sup>19</sup>, que, tal como na generalidade dos restantes casos, surge aposta a nome próprio + apelido: «*Pedro Dominguiç landeyro*» (1345 MA 33). O contexto leva-nos a acreditar que se trata de um nome de ofício (‘o que apanha as landes’) ou, eventualmente, ‘o proprietário de florestas de landes’ mas a verdade é que nos dicionários do português contemporâneo esta forma é apresentada como um adjetivo cujo significado é ‘árvore que produz landes’ ou ainda ‘carvalho ou outras árvores de bolota, quando são muito produtivas’<sup>20</sup>.

O mesmo se passa com os nomes próprios sob a forma de alcunhas que, embora contenham em si a noção de agentivo se tornam difíceis de parafrasear: o *Vijntanejro* (1436 Alf 93, 2 v.), por exemplo, cuja palavra-base deverá ter sido *vinte* (confronte-se com *quarenteiro*, que apresentaremos a seguir). Alcinhas de cariz agentiva construídas com o sufixo *-eiro* foram, certamente, bastante frequentes no português medieval, tendo sido, em alguns casos, cristalizadas em topónimos: *Cafal do Figeneiro* (1453 MA 107), *Caffal do Gayteyro* (1536 SC 150) são alguns exemplos, embora desconhecamos as suas motivações. Como refere Viaro, «Encontrar paráfrases que sirvam como uma definição sucinta, funcional e verdadeira do sufixo é um grande desafio. Valendo-nos da nossa intuição, com muita frequência, esquecemo-nos que as palavras não foram criadas hoje, mas em sincronias pretéritas» (Viaro 2012: 3, pdf.)

Há, por fim, um conjunto de agentivos que existiram na sociedade medieval, baseada na riqueza fundiária e no sistema feudal a ela ligada, mas que já não têm vitalidade atualmente, porque desapareceram os seus referentes:

*beeiteiros* ‘soldado armado de besta e que com ela peleja’ (1421 Evo 80, 6 v.), *mateiros* (1391 MA 59), *mateyro mor* (1541 SM 152, 2 v.), *mateyro pequeno* (1541 SM 152, 2 v.), *mateyros* (1346 SC 34; 1541 SM 152), *peffoeiro*<sup>21</sup> (1375 MA 48), *piífueiro* ‘pisoeiro; pisador de uvas’ (1478 MA 123), *quarent[ei]ro* (1479 MA 124), *rraçoeiro* (1405 MA 70), *rraçoeir[os]* (1472 TC 120), *raçoeyros* (1491 Alj 132) ‘que distribuem as rações (nas igrejas, por exemplo)’, *rrelegueiros* (1391 MA 59), *rrelegueyro* ‘o homem que cobra as rendas dos senhorios’ (1467 Mai 117), *fefmeyros*<sup>22</sup> (1321 Alc 17, 2 v.), *fifeyro* ‘cobrador de sisas’ (1469 Cel 118), *fobradeiro*<sup>23</sup> (1465 MA 116).

O sufixo *-eiro* atualmente não goza, na língua portuguesa, da mesma produtividade de séculos anteriores, como já notou Viaro, pois foi suplantado, sobretudo a partir do século XVIII, por *-ista*, o formador de nomes de profissões por excelência na língua

<sup>19</sup> Remetemos novamente o leitor para a definição de agentividade, em Viaro 2012: 3 (pdf.).

<sup>20</sup> Quer num caso, quer noutra, torna-se importante atentar na complexa noção de agentividade, tal como já sublinhou Viaro (2012: 3): «Podemos dizer que uma árvore é um agentivo como um ser humano? Tudo depende da nossa postura enquanto pesquisador da língua. Um cientista da linguagem de viés dedutivo não terá dúvida em agrupar o *-eiro* de *cozinheiro* com o *-eira* de *pereira*, pois os verbos empregados nas interpretações (“trabalhar” e “produzir”) não são muito distintos semanticamente.

<sup>21</sup> ‘Cabeça de um prazo ou casal, cabecel, que recebe as rendas e porções dos seus consortes, para as entregar por junto ao senhorio’.

<sup>22</sup> Almoxarifes que faziam a inspeção das sesmarias, ‘datas das terras, casais, pardieiros em ruína e desaproveitados e que os senhorios, depois de avisados não fazem aproveitar e valer’.

<sup>23</sup> Não vem identificada a pessoa. Este nome de ofício vem precedido da estrutura «pagada + SP (circunstancial de lugar) + SP (complemento indireto)»: «pagada dentro no dicto noffo moefteiro ao fobradeiro».

atual (2010: 176). Diferente evolução teve o galego onde este sufixo, não só em nomes de profissões e agentivos<sup>24</sup> mas também em outros substantivos denominais expressando variadas noções (coletivos, abundanciais, árvores, continentes, locativos...) é altamente produtivo (González Seoane 2012: 278). O mesmo acontece, aliás, com adjetivos denominais (relacionais<sup>25</sup>, caracterizadores disposicionais...), deverbiais caracterizadores (*falar – falangeiro*) e com adjetivos deadjetivais de valor predominantemente aproximativo (*grande – grandeiro*).

Valores locativos<sup>26</sup> do antigo sufixo \*-ARIU parecem ter-se cruzado com o de outro sufixo, \*-ORIU, tendo-se posteriormente cristalizado em formas que se converteram em toponímicas, como nos exemplos *Refeitorejro* (1455 MA 108) e *Reffectorejro* (1456 MA 109) ‘Refeitório’. Igualmente cristalizada em topónimo é *Lagoeirras* (1529 MA 148), um locativo que designa o ‘local de grande quantidade de Nome-base’, ou, ainda, ‘conjunto de N-base’.

## 2.2. O sufixo *-deira/-doiro,-a > -douro/-a*

O sufixo *-deiro* terá resultado do cruzamento do sufixo \*-TO (do particípio latino) com o sufixo \*-ARIU, observando-se a sonorização da consoante surda, a atração da vogal para junto da sílaba tónica e, finalmente, a evolução do ditongo (*-dairo > -deiro*). A forma feminina *-deira* tem a sua origem no acrescentamento da desinência nominal de género feminino ao sufixo *-deiro*. Rio-Torto e Renca, a propósito dos nomes em *-deira* no português, referem a crescente tendência para a afectação de *-eira* a «denominações de realidades artesanais e não tecnologizadas» [sic] (Rio-Torto e Renca 2007: 103). Ora, a verdade é que não se trata verdadeiramente de uma tendência crescente mas apenas da sobrevivência da situação morfológica mais antiga, a do século XIV<sup>27</sup>, que vai ficando progressivamente submersa, à medida que as sociedades progridem. Em finais daquele século, encontramos o adjetivo deverbal parafraseável por ‘que há-de/deverá Vb’, apresentando esse mesmo sufixo: *ualedeyra* (1388 MA 57; 1399 MA 65, 2 v.)/*ualledeira* (1388 MA 57), o que faz prever a preferência trecentista pelo resultado do sufixo \*(T)ARIA/-U (> *-deira*), mas a partir do século XV preferiu-se *-doiro*, procedente de \*(T)ORIU<sup>28</sup>. Apresentam-se a seguir os adjectivos colhidos nesta colecção, designativos de qualidade ou estado:

[cõ]p[r]idoyros (1434 SC 91), [cõ]p[r]idoiro (1422 MA 82), [con]p[r]idoiras (1440 MA 96), [con]p[r]idoyrro (1500 MA 136), comp[r]idoyros (1437 Ped 94; 1453 MA 107), comp[r]idoyrro (1507 MA 139), cõp[r]idoiro (1469 Cel 118), poffoydoyra (1300 Alj 8), valedoira (1447 Alj 101), valedoyra (1484 MA 127), vymd[oy]ra (1502 MA 137), vymd[oy]ro (1502 MA 137), vymdoyrra (1500 MA 136) e vindoiro (1522 MA 144).

<sup>24</sup> Na Galiza, é comum o uso de agentivos em *-eiro* como alcunhas apostos a nomes próprios + apelidos.

<sup>25</sup> No “léxico disponível do galego”, por exemplo, o lema (*pantalóns*) *vaqueiros* ocorre 168 vezes (Álvarez de la Granja 2015).

<sup>26</sup> Como refere Viaro, «infinitas taxonomias podem emergir, se não forem norteadas e restringidas pelo conhecimento histórico de algumas transformações, fartamente documentadas (...). Soluções rígidas com viés determinista ou teleológico dão azo a excessivas posturas *ad hoc* e, nem sempre se compatibilizam com os dados, distanciando-se da real solução dedutiva desejada pela Linguística, como já o foi por outras ciências» (Viaro 2012: 10, pdf.).

<sup>27</sup> A ausência de historicidade pode, na nossa opinião, conduzir a um erro metodológico em morfologia derivacional, que é o de levar a uma distorção de perspectiva, falseadora da realidade.

<sup>28</sup> De acordo com Ferreiro 1997: 167, os adjectivos formados com o sufixo *-(d)oiro* «continúan semanticamente as formas latinas do participio de futuro en *-urus*».

No segundo quartel do século XVI, o ditongo *oi* do sufixo é substituído por *ou*<sup>29</sup>: *valedoura* (1536 SC 150) e *valedouro* (1536 SC 150). Este sufixo pode igualmente criar substantivos locativos, como nos exemplos seguintes: *log[r]adoyras*<sup>30</sup> (1495 MA 134), *logradoiros* (1521 Ped 143) e *log[r]adoyrros* (1502 MA 137), à semelhança, aliás, do que é possível verificar ainda no galego: *obradoiro*, *lavadoiro*<sup>31</sup>. É apenas nos documentos do segundo quartel do século XVI que se regista a substituição de *oi* por *ou*: *logradouros* (1529 MA 148; 1532 Tur 149) e *saydouros* (1541 Sal 152).

### 2.3. Lexicalização do sufixo *-inho*<sup>32</sup>

Quanto ao sufixo *-inho*, se aceitarmos como válida a informação dada por José Pedro Machado, para quem a forma *afouchinhado* (proveniente de *fouchinha*, diminutivo de *fouce*), na sua variante sem prefixo, já se documenta no século XIII (Machado 1995: s. u. *afouchinhado*)<sup>33</sup>, é possível que a emergência deste sufixo em época tão remota<sup>34</sup> possa estar ligada à necessidade de evitar a homonímia com *fouce*, uma vez que a distinção semântica entre *foice* e *foicinha* sobrevive ainda dialetalmente. Com grande vitalidade, ao longo de toda a coleção, *afouchinhado* é um adjetivo relacional parafraseável por “que evoca, que tem x propriedades de Nb”<sup>35</sup> (‘diz-se do frango que tem as penas da cauda crescidas, viradas como foice’): [capões] *afouchinhados* (1375 MA 48), *afoucjhados* (1416 MA 78), *afouchinhad[os]* (1479 MA 124), *affouchinhad[os]* (1489 MA 130).

Este produto derivado foi, portanto, gerado a partir de uma base nominal em *-inha* cuja lexicalização se processou para evitar a homonímia. Por outro lado, e tendo em conta que o operador da lexicalização foi de tipo morfológico (o sufixo *-inho*), este caso aponta para a necessidade de relacionar gramaticalização com lexicalização, aspecto já salientado por Juan C. Moreno Cabrera:

a strong tendency exists for grammaticalization processes to feed lexicalization processes, and that there is a close interaction between both procedures. This interaction is crucial for having a better understanding of the evolutionary dynamics of lexical and grammatical elements. (Moreno Cabrera 1998: 223).

Para além destes exemplos, outros existem na nossa coleção, de outra natureza. As abonações arroladas deixam supor que um tipo de base em que o sufixo *-inho* foi mais produtivo é aquele que diz respeito aos antropónimos (sejam eles nomes próprios, apelidos ou alcunhas), cujo Nb é, por vezes, um nome de animal. Tal como sublinhou já

<sup>29</sup> Sobre a evolução da variação *oi* ~ *ou* em Português, veja-se o que se diz em Carvalho 2011.

<sup>30</sup> “Logradouro” designa o ‘terreno contíguo a uma habitação; terreno público ou pastagem para os gados de uma povoação’ e, mais recentemente e, pelo menos em algumas regiões, ‘garagem’.

<sup>31</sup> Consulte-se <https://gl.wikipedia.org/wiki/Sufixo>.

<sup>32</sup> Na maior parte do território galego, o sufixo é *-iñ-o* e, na zona mais oriental (nomeadamente no falar galego do ocidente das Astúrias), *-ín*. Veja-se Alonso Núñez (2000: 162). Também Boullón Agrelo considera *-ín* como solução dialectal alternativa, documentando-se dialetalmente em falas do leste de Lugo e no galego das Astúrias e do Bierzo (2007: 30).

<sup>33</sup> O contexto recolhido pelo Autor é o seguinte: «...e hũu par de Boos Capoes *ffouchynhad*os Reçebondos», no *Arquivo Histórico Português*, III, 23.

<sup>34</sup> Referindo-se aos problemas que a diacronia enfrenta, exprime-se deste modo Mário Viaro: «Uma data, contudo, raramente é segura: não se pode ignorar o fato de que a palavra surja na fala antes (não raro, séculos antes) de aparecer testemunhada na escrita, mas, com certeza, uma data exclui a ilusão de que ela é antiga ou recente, baseada na intuição» (Viaro 2006: 8, pdf.).

<sup>35</sup> *Afouchinhados* aparece como qualificativo de “capões” (“capões *afouchinhados*”).

Boullón Agrelo (1999: 72), do ponto de vista da história da língua, é este o terreno onde mais claramente podemos ver o interesse da onomástica, particularmente para a história do léxico. Ainda que seja impossível avaliar o sentido conotativo de muitas formas, dada a inexistência de contexto, trata-se de importantes testemunhos do léxico histórico, uma vez que, pelo seu carácter datado e localizado, as abonações encontradas fornecem-nos um valioso contributo para a cronologia da língua e para uma abordagem dialetal numa perspetiva histórica.

Tal como refere a autora (1999: 88), é difícil averiguar quando o sufixo *-inho* (que, no latim, e ainda na Idade Média, tinha um carácter patronímico, já que aparecia em nomes de crianças formados a partir dos cognomes dos pais) começou a adquirir um sentido diminutivo ou afectivo. O primeiro exemplo de *-inho* remonta, no nosso corpus, a 1377 (*Johānjho*) e data de um documento escrito em Alvorninha, o couto mais periférico do mosteiro de Alcobaça:

*Cauadinho* [Vááfque Anes, dicto *Cauadinho*<sup>36</sup>] (1391 MA 59), *Caulinho* [Johā *Caulinho*] (1391 MA 59), *F[er]mofynho* [frey Johā *Fermofynho*] (1429 MA 88), *Giũq[ue]jirinho*<sup>37</sup> (1391 MA 59), *Johānjho* [*Johānjho* da Mouta] (1377 Alv 50), *Pasarynho* [João *Rodryguyz Pasarynho*] (1541 Sal 152), *Perrachjnhho* [a cuba do *Perrachjnhho*] (1414 Alv 76, 2 v.), *Ratjnhho* [*Ratjnhho Mouro*] (1423 MA 83) e *fenhorinha* [Afonfo] (1460 MA 112).

Os sufixos *-inho* em nomes próprios são, nos nossos documentos, relativamente tardios, e não deverão pertencer todos à mesma camada linguística. De facto, face a uma matéria que só recentemente começou a ser objeto de atenção, torna-se necessário, como bem notou Boullón Agrelo a propósito do hipocorístico (2007), não só problematizar a delimitação conceptual de nomes com sufixo diminutivo ou afetivo (uma vez que alguns destes produtos não seriam formas “afetivas” dos nomes pessoais) mas igualmente reconhecer as dificuldades metodológicas para o seu estudo. Assim, por exemplo, nomes como *fenhorinha* e *Fermofynho* (este último, apelido de frade), apresentam *-inha*, *-inho* não como sufixo mas por evolução fonética, ou seja, *-inha* e *-inho* não terão sido, nestes casos, verdadeiramente diminutivos mas as formas derivadas de SENIORINA<sup>38</sup> e FORMOSINU, respetivamente. A verdade é que, mesmo nesses casos, parece ter havido uma reabilitação tardia, pois só aparecem a partir do século XV.

O que poderá ter acontecido é que, só a partir de certa altura, as alcunhas deixariam de se circunscrever à intimidade familiar ou a situações informais para se refletirem igualmente nos registos dos atos jurídicos, devido eventualmente à crescente necessidade de expressividade.

Fora do âmbito da onomástica, os exemplos com sufixo *-inho* são ainda mais tardios, o que parece falar a favor de algum tipo de estigmatização pela norma culta portuguesa desse tipo de elemento formativo, pelo menos na linguagem técnica dos notários: *peredinha* (1484 MA 126) e *cafinhas* (1527 MA 146, 4 v.).

Atentemos na explicação dada por José Joaquim Nunes para a origem do sufixo:

Dando ao sufixo *-inu*, donde este evolucionou, sentido que originariamente não tivera, a língua popular a ele principalmente recorreu para a formação de nomes – substantivos ou adjectivos – indicadores de objectos de dimensões limitadas ou de qualidade em grau diminuto (Nunes 1989<sup>9</sup>: 379-380).

<sup>36</sup> Boullón Agrelo (2007: 16) refere o aparecimento, na baixa Idade Média, da forma romance *dito*, que vai seguida da alcunha, com uso frequente de sufixos diminutivos, habitualmente a partir de bases léxicas (neste caso, trata-se do adjectivo *cavado*).

<sup>37</sup> De realçar a acumulação de dois sufixos: *-eiro* e *-inho* (*junqueirinho* < *junqueiro* < *junco*).

<sup>38</sup> Nome próprio apresentado por Boullón Agrelo (1999: 413): *Seniorina* [F, NOM], Fem. de *Seniorinus* (10.921 TSobrado I 125).

Ora, se cruzarmos esta informação com as abonações aduzidas, e se nos lembrarmos do hipocorístico citado *Perrachjnho* (de *parracho* ‘homem atarracado, baixo’, por dissimilação vocálica), seremos levados a supor que a atribuição destes nomes às entidades em causa assentou num processo de natureza metafórica, numa série de «viajes de un dominio conceptual a otro, una transferencia de un significado más concreto a otro más abstracto que no aparece en el contexto» (Tornel Sala 2000: 122). Podemos, eventualmente, ser levados a supor que alguns dos referentes seria de pequena estatura, atendendo ao que é dito sobre o sufixo por José Joaquim Nunes. A questão que se coloca para o leitor de hoje é saber até que ponto *-inho/-inha*, pospostos a nomes de animais (alguns deles de grande porte, como *cavalo*) e aplicados a humanos transportam informação depreciativa na sua significação, em casos como *Cauvalinho*, *Passarynho* e *Ratjnho*<sup>39</sup>. De facto, a escolha deste operador afixal, aposta a bases deste tipo, torna opaca a relação entre o significante/significado e o referente, uma vez que está em causa um signo morfológico que foi transposto para outra situação de significação<sup>40</sup>.

Assim, definindo, como Elizabeth Traugott, o processo de subjectivização como o processo pragmático-semântico onde «meanings become increasingly based in the speaker’s subjective belief, state/attitude toward the proposition» (Traugott 1995: 31), e relacionando a autora a subjectivização com o processo de gramaticalização, na medida em que se trata de «a gradient phenomena, whereby forms and constructions that at first express primarily concrete, lexical, and objective meanings come through repeated use in local syntactic contexts to serve increasingly abstract, pragmatic, interpersonal and speaker-based functions» (Traugott 1995: 32), propomos o inverso para os casos de lexicalização analisados, ao nível da antroponímia. Ou seja, de um fenómeno que deverá ter sido morfológico (e, portanto, gramatical), na sua origem, uma vez que consistiu na adjunção de um constituinte sufixal a uma base, passou-se, gradualmente, através de certas associações mentais e cognitivas, a um processo de lexicalização onomástica<sup>41</sup>. Concluindo, analisando os casos citados, é lícito concluir com Juan C. Moreno Cabrera que «exactly the same hierarchy that some scholars have proposed for explaining how grammaticalization takes place can be successfully applied to the opposed and in some sense contradictory process of lexicalization» (Moreno Cabrera 1998: 224).

## 2.4. O sufixo *-nte*

O operador sufixal *-nte*, que no latim servia para formar o particípio presente, gera, ao longo da história da língua, agentivos deverbais parafraseáveis por “que V”, na sua grande maioria inaceitáveis no português atual. Em alguns casos, este constituinte sufixal foi substituído por *-(d)or* (*guardante* → *guardador*; *cumprinte* → *cumpridor*); em outros, este tipo de significação deixou de existir, como em *estante*, *consirante*, *estipulante*, tendo sido absorvida pela contida em formas de gerúndio do verbo em

<sup>39</sup> Boullón Agrelo (2007: 17) apresenta também uma alcunha interessante com um nome de animal: *Johan Patiño* (a. 1454 DocDevOurense 2, 61).

<sup>40</sup> Será o apelido *Ratjnho* a designação, já no primeiro quartel do século XV, dos habitantes da Beira Interior que se deslocavam para o Centro-litoral do País para cultivar a terra dessas zonas? Por outro lado, surpreende que o outro nome que o segue seja um nome designativo de um habitante de outra zona populacional: *Mouro* («Ratjnho Mouro»). Ora, de acordo com Boullón Agrelo, o adjetivo *mouro* designa certas características físicas ‘de pele ou cabelo escuro’ (1999: 68). Normalmente, contrapõe-se a condição de *mouro* ‘judeu’ à de *galego*, ‘cristão velho’ (1999: 231).

<sup>41</sup> Essa lexicalização onomástica (que envolve, neste caso, uma mudança semântica de âmbito avaliativo/emotivo) é o resultado de um processo cognitivo de des-referencialização, cuja transferência de significados assenta na semelhança, podendo, por isso, ser comparável à metáfora.

causa. Apresentamos, a seguir, as ocorrências registradas com *-nte* sufixal:

*aceitante*» (1490 MA 131), *correnteσ* (1479 MA 124), *cōfijranteſ* (1304 Alc 9), *eftant[e]* (1422 MA 81; 1484 MA 126), *[cō]prīt[e]* (1438 Ped 95), *[cō]p[r]int[e]* (1434 SC 91), *g[u]a[r]dant[e]* (1434 SC 91), *gua[r]dant[e]* (1438 Ped 95), *moent[e]σ* (1479 MA 124), *eftantes* (1489 MA 130), *poent[e]* (1490 MA 131), *jftipulant[e]* (1490 MA 131), *jftipolant[e]* (1490 MA 131), *eftamte* (1529 MA 148).

Consideremos os contextos apresentados abaixo. Nos exemplos de 1 a 5, os produtos assim formados podem ser substituídos por formas de gerúndio. Saliente-se que no exemplo (3) a forma de gerúndio *eftando* é usada com adverbial locativo e a forma de particípio presente *eftant[e]* com a de adverbial temporal («ora» ou «ao tempo de ora»):

- (1) «nos, ffrey Pedro abbade e o conuêto de Alcobça, *cōfijranteſ*a bōdade e a ſciência e a ajuda que recebemos» (1304 Alc 9)
- (2) «perante el pareceo Fernam Gōçalluez de Porto de Moos e ora *eftant[e]* em Aljubarrota» (1422 MA 81)
- (3) «e outroſy *eftando* hi Johã de Figueiredo, *eftant[e]* ao preſente no dicto moſteiro ã preſença de mỹ, *tabaliam*» (1484 MA 126)
- (4) «todos *eftantes* ao tempo de ora cōm o dito ſennhor ãm o dito moſteyro» (1489 MA 130)
- (5) «e derã d'emprazamêto em fatioſym deſte dia pera todo ſempre ao bacharell Amdre Lopez, *eftamte* ora neste moſteiro» (1529 MA 148)

Consideremos, agora, os seguintes exemplos:

- (6) «que pagallẽ aa outra parte *[cō]prīte* e *guardant[e]* dez mjll rreaes brãcos de pena» (1434 SC 91)
- (7) «que pagalẽ a outra parte *[cō]print[e]* e *guardante* bjnte mjll rreaes brãcos de pena» (1438 Ped 95)
- (8) «e oσ dictoσ moynhoσ *moenteσ* e *correnteσ*» (1479 MA 124)
- (9) «prometendo o dito dom abbade e ſoprior e ſanchriſtãoo e monjes e *convento* ao dito Pero Lobo ao *poente* e *jftipulante* per ſolene jftipulaçam» (1490 MA 131)
- (10) «ao dito Pero Lobo *aceitante* e *jftipolante* per ſolene eftipulaçam» » (1490 MA 131)

Observando os exemplos acima, em (6) e (7) («aa outra parte *[cō]prīte* e *guardant[e]*»/«a outra parte *[cō]prīt[e]* e *guardante*», de 1434 e 1438, respetivamente) e em (9) e (10) («ao *poente* e *jftipulante*»/ «*aceitante* e *jftipolante*», de 1490) o sufixo *-nte* forma verdadeiros nomes agentivos deverbais; no exemplo (8) («moynhoσ *moenteσ* e *correnteσ*», de 1479), forma adjetivos deverbais. Perante a escassez de dados, o que se pode dizer é que o funcionamento 'verbal' do particípio presente (com o sentido do gerúndio atual) parece registrar-se ao longo de todo o período medieval (1304-1529), ao passo que os nomes e adjetivos deverbais começam a registrar-se no segundo quartel do século XV. Esta constatação poderá conduzir a pensar que se desenvolveu um processo de nominalização (eventualmente, um subtipo de lexicalização) que conviveu com os usos verbais do particípio presente. Assim, a tensão ou rivalidade entre o que é mais gramatical ou mais lexical parece ter sido uma constante na história da língua, para tornar mais rigorosos e objetivos os conceitos que envolviam uma escritura, nomeadamente os relacionados com os seus intervenientes bem como com as suas coordenadas espaço-temporais<sup>42</sup>.

<sup>42</sup> De acordo com Oliveira 2014: 69, «O particípio latino foi adequado ao paradigma verbal, mas começaram a ser iniciadas nominalizações com o particípio presente ainda nessa língua, estabelecidas definitivamente no português. A sua forma singular *-nte(m)* e plural *-ntes* são provenientes, como as palavras da língua portuguesa em geral, do acusativo latino, e passaram ao português pelo latim culto,

O produto lexical *poente*, com o sentido gramatical de agentivo e traço [+ animado] extinguiu-se totalmente no português atual. Em alguns contextos, sofreu, por metonímia, um processo de lexicalização (cf. o local do *sol poente* → o *poente*), processo esse que foi (tal como os processos de gramaticalização) unidirecional, irreversível. Como é sabido, no francês o particípio presente conservou-se (pelo menos na escrita) como parte da conjugação verbal, por influência latina. No italiano são comuns os nomes em *-nte* (*cantante* e não *cantor*, por exemplo).

## 2.5. O sufixo *-agem*<sup>43</sup>

De acordo com José Joaquim Nunes:

do sufixo -TĪCU, que no latim formava adjectivos, nasceu o português *-ádego* que, na antiga língua, junto, como naquela, a substantivos, produziu igualmente adjectivos, que passaram à classe daquele, no sentido de impostos, cargos, sendo depois substituído pelo francês *-agem*, de idêntica proveniência, o qual exprime impostos, aglomeração e acção (Nunes 1989: 372).

A mais antiga abonação encontrada é o item lexical *linhagem*, de origem provençal (< *linhatge*) que era, no português arcaico, de género masculino. O documento 1291 Alc 2 apresenta duas ocorrências cujos contextos não deixam lugar a ambiguidades: «do uofo *linagẽ*» e «de uofo *li[n]agẽ*». As acepções de “impostos” e “acção” encontram-se presentes em *portagees* (1321 Alc 17) e *ujagẽes* (1443 Alf 99), mas não se encontra ainda o sentido atual de ‘ato ou estado’ em *ancorajẽns* (1460 MA 113), que, no *corpus* em análise, é um “nomen quantitatis”, parafraseável por “conjunto de Nb”. De facto, é interessante verificar que *ancoragem* atualmente não tem o sentido concreto que lhe era afetado no século XV (‘conjunto de âncoras’), designando antes a operação de V-base ou o processo. Vejam-se os seguintes exemplos, do mesmo documento do *corpus*:

- (1) «*que rrepartifem os mareantes e as carauelas cada que conprife por ferujço d’el Rej e que outroffý podya e deuya auer as ancorajẽns dos nauyos que ao porto da dicta villa chegafem e ancorafem*» (1460 MA 113)
- (2) «*e outroffý viftas as cartas duas per que era mãdado que o almjrante rrepartife as barcas e os omẽns do mar e ouuefe as ancorajẽns, as quaes llẽ entendyam [sic] nas teras d’el Rej*» (1460 MA 113).

---

devido ao próprio desenvolvimento de sua forma, que, em sua essência, é o acusativo com a queda final do *-m*. No entanto, apesar do particípio presente não estar mais presente no português, as formas verbonominiais latinas deixaram suas marcas no sistema morfossintático, servindo de ponto de partida para inovações ou conservando, em grau maior ou menor, suas primitivas feições. Por fim, vemos que a passagem do particípio presente a nome se deu definitivamente nas línguas românicas, com graus diversos e algumas exceções». Por outro lado, A. Fiéis, M. Lobo e C. Martins, ao referirem-se ao particípio presente no português antigo, reconhecem a necessidade de «estudar detalhadamente as outras construções em que o particípio presente verbal ocorre, nos dados do português antigo, que não a adjunção adverbial, de forma a percebermos melhor a estrutura dessas construções. Possivelmente, este estudo ajudará a explicar a motivação para o desenvolvimento do particípio presente verbal no português e quando se pode considerar que ele deixou de existir» (Fiéis, Lobo e Martins 2015: 303).

<sup>43</sup> Sobre a produtividade deste sufixo (assim como a de *-ádego*) em época medieval, veja-se Caetano 2014: 55-58. Segundo Gonçalves, «A acepção de conjunto, apesar de presente em poucas palavras, se estabeleceu fortemente desde sua origem e está em vigor até os dias atuais. A partir do séc. XIII, o sufixo passa a apresentar várias acepções, as quais todas se repetem no séc. XIV, além da criação de outra subclasse, a REL. TAX» (Gonçalves s.d.: 13).

No contexto seguinte, surge o produto *apeyragẽ*, com o significado de ‘comida para os animais’, tal como a palavra-base *apeiro*<sup>44</sup>. A forma derivada é mais tardia, o que denota já, eventualmente, a consciência da associação do sufixo ao sentido de ‘grande quantidade’ ou ‘conjunto de N-base’:

- (3) «e posa colher madeira *pera* o dito casall e *apeyragẽ* e cousas necessarias *pera* o dito casall» (1529 MA 148).

Foi, ainda, encontrado o produto *promajes*, muito provavelmente de origem provençal. Poderá ser parafraseável por “árvores que dão Nb”, sendo “*proma*” o Nb<sup>45</sup>:

- (4) «e ponhã ã cad’hũm anno no dicto pumar fejs *eyxertos* de bõas *promajes*» (1500 MA 136).

Assim, o sufixo *-agem* poderá, eventualmente, ser um sinónimo de *-eira* em algumas bases substantivas, cujo resultado final é ‘nome de árvore de fruto’.

## 2.6. O sufixo *-al* nas expressões formulares

Inserido em expressões formulares, e, portanto, tipicamente do tecnoleto jurídico, a partir de meados do século XV, começa a surgir um novo produto com o operador sufixal *-al* (< \*-ALE) (parafraseável por “em relação com Nb”), a partir de bases substantivas, reforçando, pleonasticamente, uma sequência de adjetivos com essa terminação. De facto, até ao primeiro quartel do século XV, esse tipo de expressões continha apenas o adjectivo *corporal*:

- (1) «meterõ en *corp[or]al* possiffõ» (1315 Alj 15)  
(2) «e tomẽ a possẽ e *corporal* possiffõm» (1388 MA 57)  
(3) «e tomem a possẽ e *co[r]poral* possiffõm» (1399 MA 65)  
(4) «em posse e *corporal* possifãm» (1422 MA 81),  
(5) «em posse e *corporal* possifãm» (1467 Mai 117)

A partir do 3º quartel do século XV os exemplos do *corpus* evidenciam, normalmente, uma sequência de três adjectivos, sendo um deles *real* e o outro *autoal* (de *auto*):

- (6) «de posse *rreal corporall* e *autoall* possifãm» (1462 Mai 114)  
(7) «ẽ posse *rreal autoall corporall* possifã» (1509 Ped 140)  
(8) «posse *rreal* e *autoall corporall* possifãm» (1536 SC 151)  
(9) «de posse *corporall rreal autoall* e ã *corporall* possifãm» (1532 Tur 149)

---

<sup>44</sup> Não encontramos o produto *apeiragem* (ou seu étimo) nos dicionários etimológicos do Português e nos da língua latina consultados. António de Moraes e Silva refere, contudo, esta forma com o mesmo significado de “apeiro” [Silva 1992: s. u. “apeiragem” ‘recheio de abegoaria’ e “apeiro” (O mesmo que *apeiragem*)]. Em outros dicionários surge com o significado de ‘conjunto de apeiros, peças próprias para jungir os bois ao arado’, ‘animais de trabalho’, ‘apetrechos de abegoaria’ ou, ainda, ‘comida para o gado’. No nosso *corpus*, a base *apeiro* pode ter como significado ‘peças próprias para jungir os bois ao arado’ mas também ‘comida para o gado’. No contexto seguinte, apenas a primeira ocorrência não oferece dúvidas quanto ao seu significado: «e que a madeira *pera* adubio de fuas calas e *pera apeiro* de fuas lauras aiam *per* aluara do dicto Senhor dom Abbade. E talhãdo elles mais da dicta rrama ou madeira *pera* calas e *pera apeiros* sem mãdado» (1391 MA 59).

<sup>45</sup> Recordamos que, de acordo com Meyer-Lübke, as formas *praoma* e *prõma* (< PRŪNA) existem num dialeto franco-provençal sobrevivente na Suíça e na região da Sabóia, respectivamente (Meyer-Lübke 1935<sup>3</sup>, s. u. “PRŪNA”).

Trata-se, na nossa opinião, de um neologismo erudito criado na linguagem jurídica para reforçar, pela aliteração de *-al*, a anulação de qualquer argumento por parte do empossado no sentido de inviabilizar o contrato por qualquer vício de forma. O elevado número de significantes criados na formalização de um ato para a expressão de realidades de natureza jurídica, cuja função discursiva é meramente reiterativa, faz parte da mentalidade do redator de um ato medieval, denunciando «un souci de réalisme, un besoin de précision notariale» (Zimmermann 1989-1990: 317). Como afirma o autor atrás citado, «les rédacteurs d’actes usent d’un langage redondant et diffus, pratiquent à profusion l’énumération, la glose, le *pléonasme*, mais aussi – involontairement – *l’allitération*, l’antithèse, voire le lapsus» (1989-1990: 309). Por outro lado, a cronologia do surgimento de *autoall*, como terceiro adjectivo de uma sequência enumerativa, confirmam a constatação do mesmo autor: «la renaissance du droit romain, l’influence des formulaires italiens favorisent la recherche d’une plus grande conceptualisation juridique, hâtent l’évolution des actes notariés vers une plus grande concision» (1989-1990: 334).

## 2.7. O sufixo *-ific-*

O exemplo sufixal deste tipo mais expressivo do nosso *corpus* é o que constrói produtos verbais que explicitam «uma mutação de um estado inicial em um estado final», consistindo numa «afecção/transferência de Nb, traduzível pela paráfrase “afectar Nb”, “prover de Nb”» (Rio-Torto 1998: 120). Referimo-nos a um verbo derivado por sufixação, já existente no latim<sup>46</sup>, apresentando uma configuração do tipo: Xb-*ific-a-r*. O sufixo poderá exibir diversos alomorfes: *-efeg-* (porventura o mais antigo), *-iui-*, *-ifig-* (com alógrafo *-iffig-*), como a seguir se apresenta:

*frutefegedef* (1291 Alc 2), *frotificarō* (1304 Alc 10), *frutiuiquedef* (1291 Alc 3), *ffrotiuiquasse* (1315 Alj 15), *frutifiquedef* (1317 Alc 16), *frutifig[ue]des* (1324 Alc 18), *frutiffig[r]des* (1324 Alc 18), *froytiuiquar* (1337 Alc 27), *froytiuiquardes* (1337 Alc 27), *frotifiquedes* (1375 MA 48).

Excepcionalmente, a configuração do derivado é Xb-*a-r*: *froytedes* (1321 Alc 17), de ‘froytar’. Importa salientar que a semântica de “frutificar” no português medieval era mais restrita do que a do português atual. Assim, no português actual este produto verbal tem como significado “dar frutos”, enquanto que na época medieval significava “plantar árvores de fruto” (“meter a fruyto”, como também se encontra documentado em 1297 Alc 5). No português atual este produto conheceu, por isso, uma extensão polissémica.

## 2.8. O sufixo *-ondo*

No português medieval, o sufixo *-ondo* produziu adjectivos deverbais parafraseáveis por “que está em condições de se Vb”:

*rrecebōdas* (1495 MA 134), *rrecebōdo* (1500 MA 136), *rreçebond[os]* (1489 MA 130), *rreçebond[oσ]* (1479 MA 124; 1485 MA 128), *rrecebondos* (1383 Alj 53; 1408 MA 71), *rreçebonda* (1450 Alv 104; 1453 MA 107; 1482 MA 125; 1484 MA 126), *rrecebonda* (1397 MA 63), *rreçebondas* (1451 MA 105; 1452 MA 106), *rreçebondas* (1453 MA 107);

<sup>46</sup> Veja-se, por exemplo, o doc. 20 (p. 168) de *Um formulário monástico português medieval*, editado por Saúl António Gomes (1999): «plantetis et fructificetis».

1460 MA 112; 1502 MA 137; 1507 MA 139) e *rreçebondo* (1426 MA 85; 1477 MA 121; 1484 MA 126), etc.

Este adjetivo (inexistente no português atual), e cujo sufixo apenas se acrescenta à base *receber*, qualifica os nomes *capões*, *frangões*, *galinhas*, *ovos*, mas também (eventualmente por generalização analógica da expressão) *reais de prata*:

- (1) «dous (*ca*)pões e dous frangaãos e duas duzias d'ouos por dja de Natal, bõos e *rrecebondos*» (1383 Alj 53)»
- (2) «Outroffly nos daredes de foro da dicta noflã vinha em cada hũu anno por dia de Sam Miguel de Setẽbro hũa galinha bõa e *rrecebonda*» (1397 MA 63)
- (3) «Outroffly nos daredes mais em cada hũu anno, como dicto he, sete reaaes de prata de moeda de Castela bõos e *rrecebondos* de jufto peso de rrenda da dicta noflã loia por dia de Paľcoa da Surreiçõ» (1408 MA 71)
- (...)

## 2.9. O sufixo *-oso*

Também foi possível detetar, no português medieval, um outro produto adjetival formado com o sufixo *-oso* (<\*-OSO) a partir de uma base verbal, parafraseável por 'que V', em que V significa 'ser bastante', 'suficiente'. Embora bastante produtivo no português medieval, como sufixo caracterizador (apresentando, normalmente, a noção de 'abundância de'), este sufixo não existe atualmente, no Português, aposto a esta base: *auõdofo* (1379 Alc 51; 1405 MA 70), *auõdoffo* (1485 MA 128), *auõdoffa* (1383 Alj 53), *avondosa* (1405 MA 70) e *auõdofos* (1328 Alj 21).

No nosso *corpus*, normalmente, este adjetivo vem associado a outro (com conteúdo semântico muito positivo) e caracteriza, normalmente, o nome *procurador*: «procurador lidimo *auõdofo*», «procurador *auõdoffo* perfectõ».

Extinto no português atual, este adjetivo tem, curiosamente, grande vitalidade no galego<sup>47</sup>.

## 2.10. O sufixo *-(d)ura*

Com o operador *-ura* existiu o “nomen qualitatis” deadjectival *falfura* (1329 Evo 22), nome abstrato completamente estranho ao português atual, que substituiu esse sufixo (em certos produtos) por *-dade*: 'falsidade', por exemplo.

Já o sufixo *-(d)ura* (< \*-(T)URA) serviu para formar nomes de ação, parafraseáveis por 'ação de V-b' ou 'resultado de V-b', neste último caso podendo identificar-se igualmente com a noção de 'conjunto' (*pregadura*, por exemplo):

*effcri]ptura* (1500 MA 136), *ffe]c[t]ura* (1410 MA 73), *feitura* (1402 MA 67; 1460 MA 112; 1478 MA 122; 1478 MA 123; 1490 MA 131; 1495 MA 134; 1509 Ped 140; 1521 Ped 143; 1528 MA 147); *feit[ur]a* (1397 MA 64), *feytura* (1433 Ped 90; 1453 MA 107; 1485 MA 128; 1507 MA 131; 1529 MA 148), *ffeyturra* (1489 MA 130), *p[re]gadura* (1363 MA 45; 1388 MA 58; 1399 MA 66; 1413 MA 75; 1423 MA 83; 1452 MA 106; 1453 MA 107;

<sup>47</sup> Veja-se o *Corpus lexicográfico da lingua galega*: [http://sli.uvigo.es/ddd/ddd\\_pescuda.php?pescuda=avondoso&tipo\\_busca=lema](http://sli.uvigo.es/ddd/ddd_pescuda.php?pescuda=avondoso&tipo_busca=lema) (Consultado a 4 de dezembro de 2015). Segundo Lorenzo (1968: s. u. “abondoso”), este adjetivo documenta-se nas *Cantigas de Santa Maria* (*avondosos*) e, ainda, em Gil Vicente (*abondosa*). Segundo o mesmo autor (1977: s. u. “auondo”), *avondo* (advérbio) é muito frequente na produção cronística galega e ainda sobrevive no Alentejo, no Algarve e no galego atual.

1465 MA 116; 1478 MA 123; 1495 MA 134; 1507 MA 131), *pregadura* (1362 MA 43; 1386 MA 56; 1453 MA 107; 1479 MA 124), *p[re]guadura* (1416 MA 78), *semeadura* (1429 MA 88; 1541 Sal 152), *femeadura* (1372 MA 47; 1429 MA 88; 1502 MA 137), *femeadurra* (1372 MA 47), *ffemeadura* (1416 MA 78).

Excepcionalmente, encontra-se *dereituras* (1459 MA 111), com o significado de ‘conjunto de N-b’, em que N é *dereito* ‘direito’.

## 2.11. O sufixo *-íssimo* na linguagem religiosa

Um outro sufixo presente no nosso *corpus*, a partir do último quartel do século XV, é o que expressa a ocorrência de uma propriedade em grau superlativo. Na generalidade dos casos, aplica-se a nomes de dignidade ou títulos honoríficos<sup>48</sup>. Apresentamos a seguir os exemplos recolhidos:

*rreuerêdiffimo* [*rreuerêdiffimo* Senhor dom Jorje, per merçee de Deus cardeall e Roma] (1478 MA 122); *Reuerêdifymo* [*Reuerêdifymo* em Christo padre Senhor dom Jorje] (1478 MA 123); *rreuerendiffimo* [*rreuerendiffimo* em Christo padre Senhor dom Jorje] (1479 MA 124); *rreuerêdifymo* [*rreuerêdifymo* e Christo padre Senhor dom abbade de Çiftell] (1484 MA 126); *Reuerêdyffymo* [*Reuerêdyffymo* cardeall em a vylla de Porto de Moos] (1491 Alj 133); *Jlustrifimo* [*Jlustrifimo* principe e senhor o cardeall Jnffante de Purtugall] (1526 Ped 145).

Os exemplos colhidos neste *corpus* confirmam, de facto, o que a propósito desta cronologia afirmam Hernán Urrutia Cárdenas e Manuela Álvarez Álvarez: «El uso de tales superlativos se incrementó durante el Renacimiento, por influencia culta, para decaer en siglos posteriores. Es sobre todo a partir de finales del siglo pasado cuando su empleo se hace abundante» (Urrutia Cárdenas e Álvarez Álvarez 1988: 82). A mesma ideia se encontra em Augusto Epiphanyo da Silva Dias, para quem o emprego «dos superlativos em *-íssimo*, como superlativos exclusivos, é latinismo raro» (Dias 1970: 172).

## 2.12. O sufixo *-ad-*<sup>49</sup>

O sufixo *-ad-* produziu, no português medieval, interessantes unidades lexicais. Uma delas, inexistente no português atual, é *cubadas* (1343 AM 31), um nome denominal que, a avaliar pelo contexto, poderá ser sinónimo do N-base ou apresentar um conteúdo semântico correspondente a ‘conjunto’, ‘grande quantidade’:

- (1) «*jen mão que os vi[n]hos que ora téemos en cubadas que os vendan e pagen aqello que deuemos*».

Em outros casos, com base de género feminino, o operador sufixal *-ad-* produziu uma mudança de género na forma derivada sem, contudo, ter havido qualquer alteração categorial ou de significado. A avaliar pela única ocorrência do *corpus*, já tardia, *-ado* não parece ter acrescentado qualquer valor ao nome base, constituindo, portanto, um sinónimo: *baleado* significa, assim, ‘baleia’ e não ‘conjunto de baleias’, no nosso *corpus*:

<sup>48</sup> Constitui excepção a forma *antjq[u]ifyma* (1515 SM 141).

<sup>49</sup> Para uma análise exaustiva deste setor derivacional que não envolve alteração categorial entre base e derivado, veja-se Rio-Torto 1987: 105-107.

(2) «jumto donde fayto hũu *baleado*, no termo de fam Martjinho» (1515 SM 141).

De facto, a forma *balea*, com o mesmo referente, ocorre seis vezes ao longo do documento.

### 2.13. O sufixo *-(d)iča*

Com o sufixo *-(d)iča* (< \*-(T)ICIA) formou-se, no português antigo, sobre uma base verbal, o adjetivo *llauradyças* («ate hir dar nas teras *llauradyças*», 1541 Sal 152, 3 v.), que poderá ser parafraseável por ‘estar em condições de Vb’ (= ‘arável’). Embora não integrando o léxico da linguagem comum<sup>50</sup>, este produto tem ainda alguma vitalidade dialectal.

## 3. CONCLUSÕES E PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Tentámos, ao longo deste trabalho, fornecer alguns dados que possam contribuir para integrar a dimensão histórica das línguas nos estudos de morfologia lexical. De facto, negligenciar as exceções ou os sufixos pouco produtivos no português contemporâneo (e que, em muitos casos, sobrevivem dialetalmente ou em outros espaços que o português partilhou com outras línguas, nomeadamente o galego) é escamotear uma dimensão importante das línguas que é a sua *historicidade*. Como já sublinhou Mário Viaro, «não é preciso insistir mais sobre quão indesejáveis são essas soluções *ad hoc* que tentam excluir dados diacrônicos, rejeitando significados que não são frequentes segundo a usualidade» (Viaro 2006: 9, pdf.)

Seria interessante analisar o percurso histórico-espacial do sufixo *-eiro*, gerador de agentivos, integrando-o na conjuntura sociocultural em que vigorou, bem como pesquisar as motivações da direcionalidade da mudança no espaço português e galego. Uma tipologia deste agentivo (ligado a ofícios ou profissões), elaborada de acordo com critérios de natureza sociolinguística e baseada na metodologia da Dialectologia perceptual, tornaria mais rigorosas as informações de tipo lexicográfico, e evidenciaria a percepção e atitude valorativa dos falantes relativamente à sua vitalidade, o que poderia trazer informação relevante do ponto de vista sociológico. Seria igualmente útil uma pesquisa que averiguasse as motivações históricas para os atuais usos metonímicos e metafóricos deste tipo de agentivo.

A substituição de alguns sufixos por outros sinónimos está, inquestionavelmente, relacionada com toda a estrutura e reorganização do léxico (muitas vezes, associado às combinações fonemáticas)<sup>51</sup> ao longo da história da língua (cf. *-deira* > *-doiro* > *-douro*). A análise de outros requer, por outro lado, não só uma problematização em torno das dificuldades metodológicas do seu estudo como um enquadramento teórico que integre a análise das motivações dos processos de lexicalização (o sufixo *-inho*, por exemplo), que são, naturalmente, de natureza histórica e cognitiva. A análise das ocorrências dos produtos em *-nte* exigiria um tipo de pesquisa sobre os usos do participio presente ao longo do período medieval que desse conta da emergência de eventuais processos de lexicalização a este fenómeno associados bem como das suas motivações e/ou consequências sintático-semânticas. Por outro lado, a variação entre o agentivo com sentido de gerúndio e os outros tipos de agentivo em *-nte* (não comutáveis

<sup>50</sup>Têm atualmente bastante vitalidade adjectivos com outro tipo de base, como *estaladiço* e *irritadiço*, cuja parafrase (“que Vb facilmente”) mantém afinidades com *llauradyça*, embora não contendo a noção de ‘telicidade’.

<sup>51</sup> Consulte-se o artigo de Carvalho 2011: 353-364.

com esse valor verbal) poderá estar associado à semântica da palavra-base.

Em alguns casos, há sufixos que são atualmente mais usados em contextos de grande informalidade (até humor) e cujo uso está, portanto, condicionado por fatores de ordem pragmática (-*deira*, -*doiro*, -*diço*, por exemplo)<sup>52</sup>. Alguns sufixos, como -*al*, permitiram criar neologismos no tecnoleto jurídico (sobretudo a partir de meados do século XV), surgindo associados ao renascimento do Direito romano e à busca de uma maior conceptualização jurídica. Outros ainda (como -*issimo*) foram particularmente produtivos em outras fases da língua, em variedades específicas, nomeadamente na linguagem religiosa, onde foi usado profusamente nos nomes de dignidade ou títulos honoríficos. Seria, igualmente, interessante, investigar, em outros *corpora*, como e quando se efetuou a extensão polissêmica de alguns sufixos que geravam, no português medieval, produtos lexicais associados a um significado da esfera do concreto e que vieram, com o decorrer do tempo, a conferir a esses produtos um significado mais abstrato (-*ific-*, -*agem*, por exemplo).

Em suma, a produtividade sufixal bem como a transformação semântica dos sentidos vinculados aos sufixos requer, de facto, «pressupostos claros de semântica histórica», tal como já assinalou Viaro (2010:180). Alargar este tipo de análise a um conjunto significativo de produtos lexicais em *corpora* diversificados constitui um desafio para a Morfologia, pois só um estudo de semântica sócio-histórica, aliado à cognição e à perceção poderá esclarecer a trajetória dos sufixos em certos produtos e justificar a sua vitalidade no (galego)- português, quer na(s) sua(s) modalidade(s) normativa(s), quer nas suas variedades diastrásticas e dialetais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alonso Núñez, Aquilino S. (2000): “Os sufixos nominais diminutivos do galego actual”, *Verba. Anuario Galego de Filoloxía* 27, 133-174.
- Álvarez de la Granja, M. (2015): “A edición dos materiais no léxico dispoñible do galego”. Comunicação apresentada em *Gallaecia – III Congreso Internacional de Linguística Histórica. Universidade de Santiago de Compostela, 27-30 xullo 2015*. Disponível em [http://dspace.usc.es/bitstream/10347/13558/1/MariaAlvarezdelaGranja\\_Gallaecia\\_2015.pdf](http://dspace.usc.es/bitstream/10347/13558/1/MariaAlvarezdelaGranja_Gallaecia_2015.pdf).
- Boullón Agrelo, A. I. (1999): *Antroponimia medieval galega (ss. VIII-XII)* (Tübingen: Max Niemeyer Verlag).
- Boullón Agrelo, A. I. (2007): “Farruco, Paco, Fran: datos históricos e evolución dos hipocorísticos en Galicia”, *Revista Galega de Filoloxía* 8, 11-56. Disponível em: [http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/7579/RGF\\_8\\_art\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/7579/RGF_8_art_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y).
- Caetano, M. do Céu (2014): “Herança sufixal: os sufixos -*ático*, -*ádig*,- (-*ádeg*-) e -*agem*”, *Revista galega de Filoloxía* 15, 53-68 (Consultado de [http://illa.udc.es/rgf/pdf/RGF\\_15\\_enteiro.pdf](http://illa.udc.es/rgf/pdf/RGF_15_enteiro.pdf), em 7 de dezembro de 2015).
- Carvalho, M. J. (2006): *Documentação medieval do mosteiro de Santa Maria de Alcobaca (sécs. XIII-XVI). Edição e estudo linguístico*. Dissertação de doutoramento em Linguística Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) [inédita].
- Carvalho, M. J. (2011): “From etymology to cognitive sociolinguistics. A case-study from European Portuguese”, em Silva, A. Soares da / Torres, A. / Gonçalves, M. (orgs.), *Línguas Pluricêntricas. Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas/Pluricentric Languages. Linguistic Variation and Sociocognitive Dimensions*, 353-364 (Braga: Universidade Católica Portuguesa-Faculdade de Filosofia).

---

<sup>52</sup> Em alguns casos, o uso desses sufixos está associado a questões de género, mais concretamente a uma certa visão e mundividência social (*trabalhadeira* mas não \**trabalhadeiro*; *casadoira* mas, pouco aceitável, \**casadoiro*).

- Carvalho, M. J. (2015): “Linguagem e Justiça: Polissemia, *desambiguidade*, e produtividade sufixal nos textos jurídicos, ao longo dos tempos”, *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 3ª série, 1, 367-394 (DOI: [http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112\\_3-1\\_15](http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-1_15)).
- Carvalho, M. J. (2016): “Prefixes in the history of Portuguese: a cognitive and semantic approach”, *Estudos de Lingüística Galega* 8, 45-67 (DOI <http://dx.doi.org/10.15304/elg.8.2608>).
- Corpus lexicográfico da língua galega.* ([http://sli.uvigo.es/ddd/ddd\\_pescuda.php?pescuda=avondoso&tipo\\_busca=lema](http://sli.uvigo.es/ddd/ddd_pescuda.php?pescuda=avondoso&tipo_busca=lema), consultado a 4 de dezembro de 2015).
- Dias, A. E. S. (1970<sup>5</sup>) [1918]: *Syntaxe histórica portuguesa* (Lisboa: Livraria Clássica Editora).
- Dicionário da Língua Portuguesa. Acordo ortográfico: o antes e o depois.* Edição revista e atualizada. Porto: Porto Editora, 2011.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP). Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/>
- Ferreiro, M. (1997): *Gramática histórica galega, II. Lexicología* (Santiago de Compostela: Edicións Laiovento S. L.)
- Fiéis, A. / Lobo, M. / Martins, C. (2015): “O participio presente no português antigo”, em Moreno, A. / Silva, F. / Veloso, J. (orgs.), *XXX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos selecionados. Porto, 22, 23 e 24 de outubro de 2014*, 291-305 (Braga: Associação Portuguesa de Linguística).
- Freitas, É. S. S. de / Areán-García, N. (2010): “Morfologia histórica do Português”, *Revista Philologus*, 16 (47), 109-118 (Consultado de <http://www.usp.br/gmhp/publ/FreAre1.pdf>, a 7 de dezembro de 2015).
- Gomes, S. A. (1999): *Um formulário monástico português medieval: o manuscrito alcobacense 47 da BNL.* Separata da Revista *Hvmanitas* 51, 141-184.
- Gonçalves, A. A. G. (s.d.), *Análise diacrônica da semântica do sufixo -agem em palavras formadas no século XII, XIII e XIV*, pdf., 15 ps. (Consultado de <http://www.usp.br/gmhp/publ/GonA1.pdf>, a 7 de dezembro de 2015).
- González Seoane, E. X. (2012): “O sufixo *-iro* em galego e no português brasileiro. Propostas para um estudo contrastivo”, em Oliveira, M. L. da C. V. de / Rauber, A. L. (Organizadores), *Castilho – Anais de resumos do II Congresso Internacional de Linguística Histórica. Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho. Universidade de S. Paulo, 7-10 de fevereiro de 2012.* S. Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 884 pp. ([http://cilh.fflch.usp.br/sites/cilh.fflch.usp.br/files/cad\\_new.pdf](http://cilh.fflch.usp.br/sites/cilh.fflch.usp.br/files/cad_new.pdf)).
- Infopédia. Dicionário Porto Editora* (Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>).
- Lorenzo, R. (1977): *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla.* Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario, vol. II (Glosario) (Orense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”).
- Lorenzo, R. (1968): *Sobre a cronologia do vocabulário Galego-Português (Anotações ao ‘Dicionário etimológico’ de José Pedro Machado)* (Vigo: Editorial Galaxia) [Consultado de [https://books.google.pt/books?id=w8u\\_YtjqZfQC](https://books.google.pt/books?id=w8u_YtjqZfQC), a 7 de dezembro de 2015].
- Machado, J. P. (1995<sup>7</sup>) [1952]: *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 5 vols (Lisboa: Livros Horizonte).
- Meyer-Lübke, W. (1935<sup>3</sup>) [1911]: *Romanisches Etymologisches Wörterbuch* (Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag).
- Moreno Cabrera, J. C. (1998): “On the Relationship Between Grammaticalization and Lexicalization”, em Ramat, A. G. / Hopper, P. J. (eds.): *The Limits of Grammaticalization*, 211-227. (Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company) (DOI: 10.1075/tsl.37.10mor).
- Nunes, J. J. (1989<sup>9</sup>) [1919]: *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonética e Morfologia)* (Lisboa: Clássica Editora).
- Oliveira, A. A. G. G. J. de (2014): *Os sufixos agentivos -nte e -(t/s)or no português: um estudo semântico-diacrónico.* Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) [pdf. Versão corrigida, Consultada a 18 de maio de 2015, de [www.teses.usp.br/.../2014\\_AnielleAparecidaGomesGoncalvesJacomettiDeO/](http://www.teses.usp.br/.../2014_AnielleAparecidaGomesGoncalvesJacomettiDeO/)].
- Rio-Torto, G. (1987): “Morfologia das palavras construídas em *-ad(-a)*”, *Biblos. Revista da Faculdade de Letras* 63: Universidade de Coimbra, 97-178.
- Rio-Torto, G. (1998): *Morfologia Derivacional. Teoria e Aplicação ao Português* (Porto: Porto Editora).

- Rio-Torto, G. / Renca, N. (2007): “Nomes em *-deira* no português”, *Filologia e Linguística Portuguesa* 9, 103-116 (Consultado a 7 de dezembro de 2015, de <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59775/62884>).
- Silva, A. de M. (1992<sup>7</sup>) [1961]: *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*. Edição compacta do texto fundamental do *Grande dicionário da língua portuguesa, segundo a 10ª Edição Revista, muito aumentada e actualizada conforme as regras do acordo ortográfico luso-brasileiro de 10 de Agosto de 1945, por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, aliviada de etimologia, formas verbais e abonações, constituindo o maior repertório de vocábulos da língua falada e escrita em Portugal e no Brasil*, 5 vols (Mem Martins: Editorial Confluência).
- Tornel Sala, José Luís (2000): “Gramaticalización y cognición: pautas definitorias e interrelación”, *Letras de Deusto* 30 (88), 111-140.
- Traugott, E. C. (1995): *Subjectification in Grammaticalisation*, em Stein, D. / Wright, S. (eds.), *Subjectivity and Subjectivisation. Linguistic Perspectives*, 31-54 (Cambridge: Cambridge University Press) [<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511554469.003>].
- Urrutia Cárdenas, H. / Álvarez Álvarez, M. (1988<sup>2</sup>) [1983]: *Esquema de morfosintaxis histórica del español* (Bilbao: Universidad de Deusto).
- Viaro, M. E. (2012): “A formação do significado agentivo de *-eiro*”, em Cestero Mancera, Ana M., Molina Martos, Isabel e Paredes García, Florentino (eds.), *Actas del XVI Congreso Internacional de la Alfal (Alcalá de Henares, 6-9 de junio de 2011)*. Alcalá de Henares, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, p. 2671-2679. (Consultado de [www.usp.br/gmhp/publ/ViaA5.pdf](http://www.usp.br/gmhp/publ/ViaA5.pdf), 10 p., a 1 de outubro de 2016).
- Viaro, M. E. (2010): “Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica”, *Estudos de Lingüística Galega* 2, 173-190 (DOI 10.3309/1989-578X-10-8). Disponível em <http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/1513/1383>
- Viaro, M. E. (2006): “Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*”, em *Estudos Lingüísticos* (S. Paulo), v. 35, p. 1443-1452 (Consultado de [www.usp.br/gmhp/publ/Via30.pdf](http://www.usp.br/gmhp/publ/Via30.pdf), 10 p., a 1 de outubro de 2016).
- Viterbo, Fr. J. de S. R. (1962-1966): *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 2 vols. Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, por Mário Fiúza (Porto e Lisboa: Livraria Civilização).
- Zimmermann, M. (1989-1990): “Glose, tautologie ou inventaire? L’*énumération descriptive* dans la documentation catalane du X<sup>ème</sup> au XII<sup>ème</sup> siècle”, *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 14-15, 309-338.